

Questão 1: Este texto tem por objetivo apresentar as perspectivas teóricas acerca das dimensões do poder, da política e do Estado a partir de dois pensadores considerados dentre os principais fundadores da Sociologia e das Ciências Sociais; Max Weber e Karl Marx.

Segundo o pensador alemão, Max Weber, o centro da atividade política é a busca pelo poder. Possui poder quem é capaz de mandar, quem é capaz de impor sua própria vontade sobre os outros. Deste modo, segundo Weber, podemos definir poder da seguinte maneira: poder é a possibilidade de impor sua própria vontade, mesmo que esta seja contra a vontade dos outros.

Para discutir esta questão, Weber desenvolveu o conceito de "dominação" à sua maneira. Para ele, existe dominação quando se encontra obediência em um grupo de pessoas.

De modo a trabalhar este conceito, Weber que utilizou-se dos chamados "tipos ideais", isto é, modelos teóricos, em sua metodologia científica, dividiu o conceito de dominação em "3 tipos puros de dominação legítima": a dominação tradicional, a dominação racional-legal e a dominação carismática.

Antes de falarmos sobre estes 3 tipos, cabe ressaltarmos de fazer 2 observações. A primeira é que, como dissemos anteriormente, a ideia de "tipos puros" diz respeito somente ao campo da análise, isto é, ao campo teórico, ao campo das "ideias", por assim dizer. Na prática, isto é, na realidade concreta da vida cotidiana, estes 3 tipos de dominação encontram-se articulados das mais diversas formas. São separados

aqui, somente para fins de estudo, de entendimento. A segunda observação é que não são considerados legítimos porque é necessário que as pessoas sejam convencidas que o certo é obedecer. Dito isto, vamos aos tipos de dominações. A dominação tradicional, como o próprio nome diz, é aquela que decorre das "tradições", ou seja, daquelas crenças, costumes, valores, ações, que existem desde tempos imemoriais e são repetidos/passados de geração para geração. Assim, ~~as~~ as pessoas consideram que "é correto agir assim; porque "sempre" foi feito desta maneira". Por sua vez, a dominação racional-legal é aquela que decorre das leis, de todo um conjunto de normas e procedimentos considerados "legais", isto é, previstos em leis. No que diz respeito à dominação carismática, como o próprio nome diz, é aquela que tem origem no "carisma" da pessoa que exerce a dominação. Apenas mais uma observação: segundo o antropólogo Clifford Geertz, há uma divisão em relação à origem do carisma: se emana do sujeito carismático ou se há um conjunto de questões exteriores ao indivíduo que ele contribuiu para o carisma. Ele se pergunta isso ao analisar rituais políticos, nos quais elementos exteriores, como as festas, os palcos, o próprio público contêm elementos que ajudaram a alimentar o "carisma" daquele indivíduo que se apresentava em público.

Cito o momento, falamos sobre as definições de poder e de dominação legítima, segundo o cientista social Max Weber. Falamos agora acerca do conceito de Estado para este pensador. Antes de darmos continuidade, esclareçamos que Estado não é ~~o~~

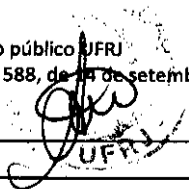
é entendido como uma "entidade concreta", isto é, algo que existe de forma material com definições fixas/rígidas. O Estado pode ser entendido de diversas maneiras. Émile Durkheim, um dos principais fundadores da Sociologia, apresenta no texto "10 lições de Sociologia" uma discussão acerca das várias definições de Estado; ~~isto é~~ Para os antropólogos do NUP (Núcleo de antropologia da política), dentre os quais citamos John Commenford, a definição de Estado vai depender da perspectiva sobre a qual estivermos tratando no momento. Por fim, neste texto, falaremos sobre a definição de Estado, segundo Max Weber, entendendo que pode haver outras, ~~mas~~ diferentes, isto é, que abordem outros aspectos, como de Karl Marx, sobre a qual falaremos mais adiante. Para Weber o Estado é o "detentor do monopólio da violência legítima em determinado território". Assim, violência não é o único instrumento que o Estado usa, mas é seu instrumento específico. E quando dizemos que o Estado detém o monopólio da violência legítima, estamos dizendo que estamos convencidos de que somente o Estado pode utilizar-se de violência ~~de~~ e isto ser visto como algo "correto", "aceito".

Conforme dissemos antes, o Estado não é uma entidade concreta, ~~além disso~~ como um ser vivo com vontade própria, por trás da noção de "Estado", existem grupos de pessoas, sujeitos sociais, ~~partes~~ de "corne, ossos e sentimentos", ~~para e utilizasse cada~~ como disse o antropólogo Moacyr Palmeira. Assim, estas pessoas que estão no comando das organizações estatais, que também fazem parte da "sociedade", não nos esquecermos,

utilizam-se dos aparatos estatais para ~~exercer~~ o poder disputarem o poder em meio ao jogo político.

Sobre este último ponto, ~~vamos~~ entraremos na perspectiva de Karl Marx sobre Poder, Política e Estado. Conforme dito antes, por trás da noção de Estado há pessoas interagindo, relacionando-se socialmente, disputando poder. Para Marx, o Estado era visto como um "instrumento da classe burguesa" do qual ela utilizava-se para ^{exercer} a dominação sobre a classe proletária. Marx dizia que o Estado que havia se constituído era um Estado burguês, e portanto, ~~em~~ estavam vivendo uma "ditadura da burguesia".

Isto porque, Marx entendia a sociedade como sendo dividida em duas classes principais: a classe burguesa ou burguesia, proprietária dos meios de produção (fábricas, indústrias, ferramentas, equipamentos...) e a classe proletária ou trabalhadora, o proletariado, que, destituído dos meios de produção possuíam somente sua força de trabalho para oferecerem no mercado de trabalho. Os interesses destas duas classes estavam em contradição, isto é, eram conflitantes: enquanto uma tinha como meta receber mais lucros, a outra queria melhores salários, trabalhar menos horas, melhores condições de trabalho, o que diminuiria a margem de lucros. Deste modo os interesses destas duas classes eram incompatíveis e, por isso, a sociedade burguesa/capitalista é uma sociedade que vive uma grande contradição. Nesta disputa, quem saía ganhando era a classe burguesa, primeiramente porque era detentora dos meios de produção. Quando



falamos de sociedade capitalista, segundo Marx, estamos falando também de "produção" como um dos principais processos dinâmicos desta sociedade. Assim, quem detém os "meios de produção" ~~estão~~ estão em uma situação privilegiada nas relações de poder. Assim, nas disputas políticas, disputas pelo poder, pelo controle do Estado, as elites burguesas estavam em vantagem. Assim, empenhados nas instituições estatais, a burguesia utilizava o Estado ao seu favor, como um aparato para exercer a dominação sobre a classe proletária.

Questão 2: Quando dizemos que o Estado é o detentor do monopólio da violência legítima em um determinado território, ^{segundo Weber,} podemos pensar em diversas situações ocorridas ultimamente no país. Uma delas são as manifestações ocorridas no centro da cidade do Rio de Janeiro. Aos policiais, às forças armadas (que são o "braço armado do Estado") é permitido o uso de arma de fogo, "bombas de efeito moral", força física, além de todo um conjunto de meios para "manter a ordem", "dispersar as multidões", ~~ou seja dizer~~, frases utilizadas normalmente pelos militares; mas, por sua vez, quando os manifestantes utilizam-se de meios considerados violentos, sofrem sanções, condenações e prisões. Isto ocorre porque os militares, como representantes do Estado possuem "legitimidade" para usar tais artifícios, enquanto os manifestantes não, segundo a concepção de Estado racional legal, de "direitos"

com a qual convivemos. O mesmo podemos observar com relação aos usos de armas de fogo e outros meios pelos militares, inclusive pelas forças armadas, algo que não era considerado comum, para entrarem nas favelas/comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Com militares é permitido o uso da violência legítima, aos demais, não.

Por sua vez, quando pensamos no Estado pela perspectiva marxista, podemos perceber as elites burguesas entrando-se no Estado brasileiro. Nos casos de participação de empresas na política brasileira pagando grandes somas de dinheiro em troca de "favores", que, dito de outra forma, podem ser a aprovação de leis ou atos de governo que irão beneficiar suas atividades econômicas. Quando isto ocorre, podemos perceber o Estado atuando, como disse Weber, como "aparato da burguesia".

Embora que estejamos vivendo em uma sociedade democrática de direitos, onde há procedimentos racionais legais orientando as ações dos representantes, não nos esqueçamos que na gestão deste Estado encontram-se pessoas de "carne, osso e sentimento". Assim, juntamente à obediência que devem ao Estado democrático, há os interesses individuais e coletivos. Ao mesmo tempo que ~~ela~~ possuem a "obrigação" de agir de acordo com os procedimentos racionais-legais, os "agentes do Estado" encontram-se envolvidos com mais diversos arranjos políticos. Quando suas práticas políticas são incompatíveis com determinados ~~os~~ padrões de comportamento político, são chamadas de corrupção. Um tipo de prática que

causou muito escândalo nos últimos anos, que entendemos como uma das várias formas de corrupção, foi o recebimento de dinheiro ou bens pelos políticos doados por empresas, como o caso da Odebrecht, por ~~ex~~ exemplo, em troca de aprovação de leis que lhes favoreciam, aprovação em processos licitatórios, etc. Tais leis podem ser desde a diminuição de impostos, ~~ou~~ intervenções nas leis trabalhistas a favor dos contratantes, ~~ou~~ liberação de áreas de proteção ambiental, construção de ~~os~~ indústrias, portos, etc. (vide o caso de Gilke Batista, por exemplo). Olhando para tais questões e ~~casos~~ pontos de vista

~~Todas~~ ~~estas~~ ~~questões~~ ~~podem~~ ~~ser~~ ~~entendidas~~ ~~como~~ "Crime da ~~representação~~ ~~do~~ ~~Estado~~ ~~independente~~" ~~que~~ ~~podem~~ ~~ser~~ ~~práticas~~ ~~corruptivas~~

pensando nelas ~~como~~ levando-se em ~~conta~~ consideração as teorias marxistas acerca do Estado, podemos pensar nestes casos de "corrupção" como a apropriação do Estado pela classe burguesa.

Questão 3: Plano de aula p/ 1.º ano do Ensino Médio

Tema: Os conceitos de Poder, Política e Estado

↳ justificativa: Como o tema Poder, Política e Estado será desenvolvido em 4 aulas, ~~ou~~ a primeira delas poderá ser uma introdução aos conceitos de poder, política e Estado segundo Weber e Marx, por exemplo. Para que nas aulas seguintes as discussões sejam

~~aproveitadas,~~
aprofundadas,

Objetivo da aula: espera-se que ao final da aula os alunos ~~possam~~ desenvolvam seus conhecimentos acerca destes conceitos e ~~possam~~ relacioná-los aos ~~eventos~~ vivenciados diretamente por eles ou vistos nos meios de comunicação.

↳ justificativa: a ideia é que o aparato conceitual seja um suporte para a compreensão e questionamento da vida cotidiana. E, por outro lado, quando pensarem nos conceitos considerando exemplos da realidade, facilitará ~~o~~ o desenvolvimento do conhecimento no campo conceitual.

Metodologia: aula expositiva, seguida de debate e atividade escrita.

↳ justificativa: por se tratar de uma aula de introdução conceitual, é necessário primeiramente a apresentação dos conceitos, ~~por~~ ^{com} exposição verbal ~~em~~ e anotações resumidas no quadro. O debate é para que os alunos venham expor suas próprias percepções acerca do tema, fazendo suas experiências para conhecimento dos demais alunos, isto é, compartilhe sua vivência pessoal com os demais alunos e com o professor. A atividade colabora no desenvolvimento conceitual,

ajudando na consolidação do conhecimento desenvolvido pelo aluno.

Proposta de atividade: Escolha um acontecimento recente e relacione-o como que foi visto na aula de hoje.

↳ Esta atividade, conforme dito no tópico anterior, irá tanto ~~ajudar~~ ajudar a reforçar o entendimento sobre o conceito quanto ~~ajudar~~ ajudar no desenvolvimento acerca da explicação/entendimento dos fenômenos sociais.

Relevância do Tema (Justificativa) para uma turma do 1.º ano do Ensino Médio:

Cinda que se trate da "disciplina" de Sociologia, no Currículo Mínimo de Sociologia para o Ensino Médio, convencionou-se que seriam estudadas as 3 áreas das Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Cabendo à Antropologia os temas sobre cultura; da Sociologia sobre o trabalho e a Ciência Política sobre política. ~~De~~ De um modo geral, ~~as~~ estes três temas ~~perpassam~~ perpassam estas três "disciplinas". Por isso, ~~isto~~ dizer "Ciências Sociais" é mais fidedigno do que separar em Antropologia, Sociologia ou Ciência Política. Mas sem aprofundar esta questão, importante dizer que o Tema Poder, Política e Estado é parte fundamental ~~dos~~ do Currículo Mínimo de Sociologia e, portanto, introduzir estes conceitos nas aulas do 1.º ano do Ensino Médio, ajudará na construção das bases do entendimento ~~de~~ das Ciências Sociais.



das Ciências Sociais a ser desenvolvido em todo o ~~Curso~~ Ensino Médio.

Ademais, este tema é de suma importância para o entendimento da sociologia, pois, afinal, ~~como é~~ uma das formas de se definir o objeto de estudo da Sociologia dizemos que são "as relações sociais".

E as relações sociais são permeadas ~~politicamente~~ por relações de poder.

Se dissermos que a Sociologia "estuda a "Sociedade", uma das ~~formas~~ ~~de~~ ~~se~~ ~~organizar~~ ~~em~~ ~~uma~~ ~~sociedade~~ ~~contemporânea~~ formas que as "sociedades" contemporâneas se organizam é por meio de um Estado.

E, por último, desde os filósofos clássicos, ensinamos dizer que o "Homem é um animal político". Relacionamo-nos uns ~~com~~ ~~os~~ outros por meio da política, das relações de poder.

Assim, como o objetivo da Sociologia no Ensino Médio é trazer à tona ~~as~~ discussões sobre estas questões (dentro outras), introduzir ~~as~~ ~~noções~~ ~~de~~ ~~poder~~ ~~político~~ ~~e~~ ~~Estado~~ sobre as noções de Poder, Política e Estado na primeira série do Ensino Médio irá colaborar para o entendimento/explicação ~~dos~~ ~~temas~~ ~~abordados~~ nos ~~temas~~ abordados pelo currículo mínimo de sociologia para o Ensino Médio.